

# DIALÉTICA, COMPREENSÃO DA REALIDADE SOCIAL E CONTRADIÇÃO

Sérgio Schaefer\*\*

## RESUMO

A análise do primeiro capítulo d'O Capital de Marx pode nos oferecer alguns elementos básicos para a discussão da dialética e de seu objeto - o social - e de como possivelmente constituí-lo por meio do nosso conhecimento.

## ZUSAMMENFASSUNG

Die Analyse vom ersten Kapitel *Das Kapital* von Marx kann uns einige grundlegende Bestandteile geben für die Diskussion über die Dialektik und sein Gegenstand — das Gesellschaftliche — und wie ihn möglicherweise mittels unserer Erkenntnis darstellen.

A análise do primeiro capítulo d'O Capital de Marx pode nos oferecer alguns elementos básicos para a discussão da dialética e de seu objeto - o social - e de como possivelmente constituí-lo por meio do nosso conhecimento.

1. Marx abre o capítulo, afirmando: "A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma 'imensa coleção de mercadorias', e a mercadoria individual [aparece] como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria." (p.45)<sup>1</sup>

Esse início d'O Capital merece nossa atenção. Convida-nos a desenvolver

\*\* Professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC  
Professor no Departamento de Ciências Humanas - UNISC

<sup>1</sup> As citações do capítulo I d'O Capital aparecem em nosso texto seguidas imediatamente da página de sua extração. A edição desta obra de Marx aqui usada foi publicada pela Abril Cultural, S.Paulo, 1983 (Col. Os Economistas), vol.I, tomo 1. (Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe e coord./revisão de Paul Singer).

um programa epistêmico a partir das aparências, isto é, das formas não-essenciais. Ora, algo aparente sempre pode ser redutível a algo mais fundamental, mais elementar, ou a algo que num primeiro momento não aparece. Por isso, a aparência de elementaridade da mercadoria deverá ser superada ao longo da análise.

Note-se, antes de outra coisa, a possível influência hegeliana nesta proposta epistêmica.<sup>2</sup> Entretanto, é bom que se alerte quanto ao duplo significado do conceito de aparência. Por um lado, aparência pode significar aquilo que é ilusório, derivado, secundário, falso, e neste caso opõe-se a algo que é primeiro, verdadeiro, essencial. Isto pode nos levar a entender toda e qualquer forma de aparência como falsa. Cai-se, assim, em pleno campo da lógica formal, onde a falsidade deve ser rejeitada em favor da verdade. Isso, evidentemente, tem a ver com o clássico princípio de não-contradição, o que nos conduz à dinâmica inócua do regressus ad infinitum, em busca de uma verdade sempre mais verdadeira e que não seja a aparência de uma verdade logicamente anterior. Essa dinâmica regressiva linear, a fim de não desembocar no absurdo, deve parar a certo momento e admitir a existência de um primeiro princípio.<sup>3</sup> A falha lógica básica dessa visão de coisas está em que não se pode aplicar ao primeiro princípio os mesmos procedimentos lógicos aplicados aos demais elementos da cadeia linear. Fica sempre pendente a pergunta: por que certo elemento é tão-somente verdadeiro e nele se precisa estacionar?

Por outro lado, aparência pode significar a expressão de algo, a manifestação de algo, uma forma de aparecimento entre várias possíveis. A aparência, neste caso, é reflexiva, a saber, remete a algo diferente dela mas com ela relacionada. A relação reflexiva não coloca como ponto de partida verdades e falsidades e sim levanta a problemática lógica da posição e reposição: como algo posto se repõe em formas diversificadas?<sup>4</sup> Essa visão de coisas é propriamente hegeliana. A aparência assume a função de categoria lógica, deixando de cumprir o papel pré-lógico ou extra-lógico de ilusão enganadora que cumprira por muito tempo nas discussões filosóficas. No segundo livro da *Ciência da lógica*, Hegel deixa claro o papel chave que a categoria do aparecer

<sup>2</sup> Cf. HEGEL. *Wissenschaft der Logik II*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1986.

<sup>3</sup> Cf. CIRNE-LIMA, Carlos. *Sobre a contradição*. Porto Alegre, Edipucrs, 1993, pp. 11-47.

<sup>4</sup> Cf. ROSENFIELD, Denis L. "Invertendo a inversão ou lendo Marx a partir de Hegel". In *Filosofia Política I*. Porto Alegre, L&PM, 1984, pp. 25-41.

possui na dinâmica do conhecimento.<sup>5</sup> Não podemos, aqui, entrar em detalhes. Basta dizer que, além de expediente metodológico, o aparecer, em Hegel, se instala no próprio campo da verdade. Desse modo, perde a dimensão de ser, já de partida, algo falso ou falsificável, que se deveria preterir em favor de algo essencial ou verdadeiro. O aparecer assume uma posição de importância lógica junto àquilo que não aparece. Torna-se, de fato, uma reposição de algo posto ou pressuposto. Forma-se, assim, um movimento circular, no qual não se busca lugares lógicos privilegiados e sim o próprio movimento, ou seja, na terminologia hegeliana, a reflexão: um termo implica o outro e, nessa implicação, pode a verdade ser estabelecida. Como se percebe, a verdade não pertence, por exclusão, a um dos termos. É, antes, um resultado partilhado pelos dois termos, à medida que o movimento ocorre.

O que sobressai, desde logo, nessa segunda visão de coisas, é a difícil tarefa lógica que se abre a qualquer pesquisador da realidade. Em primeiro lugar, não são apenas dois os termos em confronto, do tipo lógico-formal p/não-p, a estabelecer a verdade. Podem ser vários e todos têm algo a contribuir para esta construção. Em segundo lugar, a verdade, por não ser constituída pela exclusão definitiva de um dos termos, tem muito maior abrangência. (Hegel diria que tem abrangência absoluta, já que a verdade é, para ele, sempre indicadora necessária do todo. Não vamos discutir agora o quanto pode ser problemática essa concepção de verdade totalizadora ou de totalidade verdadeira. Mas a posição hegeliana a esse respeito é, sem dúvida, no interior dessa visão lógica, a possibilidade da verdade levada ao grau máximo.) Em terceiro lugar, a tarefa pesquisante se permeia de grande mobilidade contingencial, o que levanta a difícil questão do entrelaçamento da dimensão histórica com a dimensão propriamente lógica. Conteúdo e forma perdem a rigidez, flexibilizam-se, fluidificam-se, no dizer de Hegel, de tal modo que a explosão dos limites faz balançar os marcos temporais. O tempo lógico não se pauta mais pelo tempo cronológico: ser e não ser podem ser pensados conjuntamente, digamos, num só golpe de tempo, que Hegel chamou de devir.

Essas são apenas algumas das dificuldades que o investigador da realidade deverá enfrentar, caso adote o segundo significado de aparência acima caracterizado. Marx, ao longo de seus escritos, mostra ambivalência quanto a esse conceito. Às vezes, trabalha com a aparência no primeiro significado;

<sup>5</sup> Cf. FLICKINGER, Hans-Georg. "A verdade do aparecer: reflexões sobre um conceito chave da filosofia hegeliana". (Monografia). Porto Alegre, Depart. de Filosofia, UFRGS, s/d, pp. 6-11.

outras, de modo particular nos *Grundrisse* e n' *O Capital*, com o segundo significado, ou próximo deste, conforme Rosenfield.<sup>6</sup>

Cabe, então, perguntar: qual o significado de aparência adotado por Marx no texto aqui por nós estudado? E como é usado? Essas perguntas nos levam ao seguinte passo de nossa análise.

2. Já sabemos que Marx vê na mercadoria uma aparência. Isso significa que existe algo além dela que precisa ser explicitado. Esse algo além: a) ou é a verdade oculta pela falsidade do brilho da aparência; b) ou é algo que se relaciona com a aparência e, uma vez determinada essa relação, pode nos conduzir a uma verdade maior que aquela já contida na aparência. Tudo indica que Marx segue o segundo caminho. Vejamos isso mais de perto nos itens 1 e 2 do capítulo I. (pp.45-53)

A mercadoria só é tal porque em situação de troca. Por isso, alguém poderia dizer que Marx parte de um dado: "dada a troca..." É certo que ele aceita o fato da troca como dado, mas não como dado petrificado, que perdeu sua história. Em Marx, a troca é antes um dar-se constante, um pôr-se/repôr-se. É, como afirma uma passagem dos *Grundrisse*, uma "história contemporânea", a saber, a história interna de reposição do fenômeno social. Essa reposição tem como pressuposto o valor. Deveras, a troca só acontece porque os objetos postos em situação de troca são valorizados: de um lado, por seu provável uso; de outro, pela possível igualização das diferenças. O primeiro momento lógico é chamado de valor de uso, o segundo de valor de troca.

É pela análise do valor de troca que se chega ao tema do trabalho abstrato. Com isso a análise avança. Teria o valor de uso um peso secundário na investigação marxiana, a ponto de perder a importância no decorrer do capítulo I? Não é pelo valor de uso que compramos uma mercadoria? Por que este parece ser relegado em favor do valor de troca? Procuremos resolver estas dificuldades. Na situação de troca são confrontados valores de uso diferentes, conforme as necessidades dos agentes trocadores. A mercadoria, portanto, para poder manifestar-se como valor de uso deve entrar em situação de troca, o que faz dela simultaneamente um valor de troca. E será no contexto desse

<sup>6</sup> ROSENFELD, D.L. Op. cit., p. 26.

<sup>7</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 363.

valor que a transação se efetivará ou não. Uma vez nesse contexto, a historicidade contemporânea da troca deixa de lado a utilidade da mercadoria ou sua qualidade e passa a ser regida pela quantidade.

Como a quantidade torna possível a troca? Se efetivamente x pares de sapatos são trocados por y quilos de papel, então deverá haver uma medida quantitativa comum aos dois membros da equação da troca que possibilite a mesma. O que pode haver de comum entre as quantidades diferentes das mercadorias é o fato de estas últimas serem produtos do trabalho. (p.47) Este trabalho, entretanto, não pode ser o trabalho concreto, de vez que o contexto da concretude já foi abandonado na nova dimensão lógica onde a análise agora se desenrola. Só pode ser um trabalho abstraído das qualidades particulares e concretas do trabalho dos produtores concretos. É o que Marx chama de trabalho humano abstrato. "Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato." (p.47)

A trajetória acima leva a análise, pois, ao que Marx denomina substância social do valor das mercadorias, ou seja, ao fato de as mercadorias representarem acumulação ou incorporação de trabalho humano. A troca acontece por meio dessa representação, que é comum a qualquer mercadoria colocada em situação de mercado. Essa representação, todavia, também é quantificada, pois voltamos a lembrar que a logicidade continua a se desenvolver na dimensão da quantidade. A quantificação do trabalho se dá pelo seu tempo de duração, hora, minuto, dia, etc. O trabalho passa a ser força de trabalho e essa força medida por tempo de trabalho. É por esse quantum que uma mercadoria pode ser trocada indiferentemente com qualquer outra. O quantum de trabalho necessário para sua produção dará o valor de troca da mercadoria.

Após essa reapresentação esquemática do caminho seguido por Marx para explicitar aquele algo além das aparências da mercadoria, é preciso agora reanalisar este caminho lógico sob outro ângulo. Onde Marx parte e onde chega? Seu ponto de partida é, de fato, o valor e, mais especificamente, a mercadoria como possuindo valor por ter incorporado a si trabalho. A intenção primeira parece ser, pois, reafirmar um resultado já esclarecido, ou pelo menos em parte, pela economia clássica (A. Smith, D. Ricardo): é o trabalho que dá valor à mercadoria. Entretanto, a intenção vai mais longe. Com a tese do valor-trabalho pode-se quebrar, e efetivamente se quebra, o peso da aparência da circulação de mercadorias e se alcança o processo de produção

das mesmas. Esta é uma primeira importante quebra de aparências. A produção, por outra parte, não tem sentido sem a circulação ou a troca. É esta relação que entre si mantém que faz um termo logicamente ser repostado pelo outro. Temos, pois, aqui um desenvolvimento circular, onde um termo não exerce a tirania da verdade sobre o outro, mas ambos participam na sua constituição.

Além disso, essa constituição não pára aí. Ela tem continuidade — ou continua a pôr-se/repor-se — no contexto da troca. Para Marx é crucial esclarecer este processo, pois o capitalismo produz para a troca. Vimos que o valor, na troca, se manifesta pelo valor de troca e não pelo valor de uso. Aquele valor, por ser quantitativo, deverá, de um modo ou outro, ser referido quantitativamente à produção. De fato, como dar-se-ia a reposição da quantidade na dinâmica da troca se na produção da mercadoria não tivesse havido aquele “algo em comum”, que, atente-se, não pode ser meramente trabalho, mas quantidade de trabalho? Por esse motivo, há interrelação das quantidades nos dois contextos. Novamente surge o círculo e a verdade vai se constituindo ou reconstituindo à medida que a investigação avança.

Pode-se agora perguntar: chegou a análise de Marx ao fim? Mostrou a relação entre troca e produção e que ela se estabelece pela quantificação tanto numa como noutra dimensão processual. Basta isso para explicitar as aparências? Não, porque fica pendente a questão da forma dinheiro que faz parte fundamental do processo maior da economia, como dele fazem parte as mercadorias-em-troca e as mercadorias-em-produção. Como explicar a presença do dinheiro na economia capitalista? Este será o próximo assunto que teremos de analisar.

3. Vamos aqui encurtar caminho. A problemática do dinheiro é pacientemente desenvolvida no item 3 (pp.53-70), indicando o quanto Marx colocava de importância neste tema. Não seguiremos passo a passo a argumentação apresentada por ele — da forma simples de valor (pp.54-64) passando para a forma desdobrada (pp.64-66), daí para a forma geral (pp.66-69), até chegar à forma dinheiro (pp.69-70) — e queremos tão-somente insistir no caráter representativo do dinheiro.

O conceito de representação usado por Marx não é o de uma imagem mental substituta das coisas reais, mas de algo real substituindo outro algo real. Há, com efeito, um jogo de substituições na dinâmica da troca — assim começa Marx ao apresentar a forma simples de valor (p.54). O valor de troca de uma mercadoria é dado por outra: x metros de linho valem 1 casaco. Mas a dinâmica da troca não se restringe a apenas dois termos, exclusivamente entre si

trocáveis. A troca abre-se numa “série constantemente ampliável”(p.64). Esta ampliação, o desdobramento da troca numa série indefinida, faz o jogo das substituições tornar-se indiferente. A aparente exclusividade de troca que havia na forma simples é removida e x metros de linho podem ser trocados por qualquer mercadoria, assim como, de modo invertido, qualquer mercadoria pode ser trocada por x metros de linho, devido à igualação instituída pela proporção quantificadora. (p.66) Esta inversão dos termos da equação instaura o “equivalente geral” (p.67).

Chegar a esse ponto é chegar praticamente à forma dinheiro. Esta se constitui quando uma mercadoria qualquer “conquista historicamente” a função ou “posição privilegiada”(p.69) de ser representante geral de todas as mercadorias. “A dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral(...)” (p.70). Tudo indica, pois, que o equivalente geral põe-se (assume a posição) como o representante de toda e qualquer mercadoria em situação de troca. Isto significa que o equivalente geral ou sua forma dinheiro passam a ser uma representação da trocabilidade universal. De fato, este representante substitui as possíveis trocas a serem feitas: \$ = a, b, c, d...

Posto isso, precisamos olhar mais de perto o processo lógico que o dinheiro constitui. Para auxílio de nossa análise, tomamos como referência a fórmula exposta acima:

$$\text{\$} = a, b, c, d\dots$$

Assim apresentada, esta fórmula é indicadora de atos tão comuns como ir ao supermercado e comprar com o dinheiro que temos algumas mercadorias de que precisamos para o cotidiano.

Entretanto, se o dinheiro é representante geral das mercadorias, a posição correta dele na equação deve ser no outro lado:

$$a, b, c, d\dots = \text{\$},$$

de vez que o papel ativo da troca se dá pelos representados e não pelo representante. (Cf. p.54: “A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo”.) Reapresentada a fórmula desse modo, percebe-se com clareza que a classe indefinida de objetos trocáveis pelo dinheiro é anteposta a qualquer ato efetivo de compra/venda. Aqui reside o principal significado da representação: esta antepõe — ou antecipa, se quisermos — as ações efetivas. A partir disso, torna-se fácil entender: primeiro, que a trocabilidade da moeda por indefinidos objetos é dada de antemão (“tudo se

passa como se sua convertibilidade fosse garantida de antemão<sup>8</sup>; segundo, que ocorre um processo de subversão temporal, pois o representante (o dinheiro) reúne em si, num presente atemporal, os tempos reais sucessivos da troca a se darem apenas num futuro; "...o sucessivo se instaura como se fosse presente" e com isso surge a classe em sua "formação atemporal", diz Giannotti<sup>9</sup>; em terceiro lugar, que esta dinâmica é reflexiva: o posto, isto é, as mercadorias a serem compradas a, b, c, d..., se convertem em pressuposto monetário; é esse pressuposto que funciona como representação.

Para terminar esta análise do caráter representativo do dinheiro, é bom acrescentar que o futuro, a possibilidade dos atos de troca por meio do dinheiro, com o mecanismo da pressuposição/representação, é tornado presente. Assim, paradoxalmente, o futuro já é presente. Com isso, os atos possíveis se tornam reais sem sê-lo, e também necessários. Ou seja, a realidade dos atos se deve à sua presentificação; a necessidade, ao sentido exigido pelo pressuposto (tenho que realizar os atos futuros para que o pressuposto adquira sentido, já que ele é o pressuposto das ações). Mas tudo isso, alerte-se, numa forma que Marx denominou fetichismo: o dinheiro tem o poder de animar o mundo das mercadorias mesmo antes de animá-lo efetivamente. Daí sua força ideal e real.

4. Vamos agora aprofundar a questão da contradição, dimensão básica da dialética, e que está presente, mesmo que num primeiro momento não nos demos conta, na discussão levada a efeito acima sobre a representação. Acabamos de dizer que o representante - o dinheiro - reúne em si, num presente atemporal, os tempos reais sucessivos da troca a se darem num futuro. Isso significa que, por princípio, qualquer coisa pode se tornar mercadoria e, assim, entrar no jogo do capital. Isso significa, pois, que tudo pode vir a ser capital.

Vamos tirar da última frase, por enquanto, o "poder ser" (o *sollen*). Transformemos a proposição num universal: tudo é capital. A proposição que entraria em contradição com ela não poderia ser 'nada é capital', uma universal negativa, e sim apenas uma particular negativa: 'alguma coisa não é capital'. A situação lógica da contradição implica dupla negação. Coloquemos as duas proposições juntas para assinalarmos melhor a dupla negação:

Tudo	é	capital.
Alguma coisa	não é	capital.

<sup>8</sup> GIANNOTTI, José Arthur. Trabalho e reflexão. S. Paulo, Brasiliense, 1983, p. 20.

<sup>9</sup> Id., *ibid.*, p. 20.

Temos, portanto, que uma situação contraditória só se dá entre uma afirmação universal e uma negação particular. A afirmação 'tudo é capital' não significa propriamente uma afirmação ontológica. É uma afirmação que levanta um dever-ser e, pois, é de cunho prático-moral. Se algo ainda não é capital, há de ser transformado em capital, no futuro. Do ponto de vista da totalidade, que é o da dialética, qualquer coisa que ainda não seja capital, um dia será. Não fosse assim, perder-se-ia a visão de totalidade. Toda visão de totalidade já coloca no presente o futuro, ou seja, o futuro é pressuposto. Ora, e vimos antes, o pressuposto deve ser repostado. Logo, aquilo que ainda não é capital - o pressuposto - deverá ser repostado, a fim de que a totalidade seja completada. Por isso, algo não-capital será capital.

A situação contraditória subverte a temporalidade. Quer dizer, a contradição não se dá no tempo<sup>10</sup>. O presente está impregnado de futuro que está, por sua vez, garantido no presente. Dito de outro modo: o tempo fica em suspenso enquanto persiste a contradição. Disso decorre o seguinte: a) as identidades dos termos também permanecem em suspenso; b) os predicados não são separados do sujeito (ex.: Corisco está na praça; Corisco está no liceu; Corisco está no templo<sup>11</sup>); c) não existe o sujeito como substância indeformável (como em Aristóteles); d) na contradição, o sujeito está vindo a ser sempre dois predicados ao mesmo tempo (é por isso que se diz que a identidade do sujeito está suspensa); e) o presente e o futuro não estão separados, mas são simultâneos.

Se em lugar do Corisco de Giannotti enfocarmos o capital, diremos:

- O capital (sujeito) é a máquina de escrever (predicado).
- O capital (sujeito) é o livro (predicado).
- O capital (sujeito) é a casa (predicado).
- O capital (sujeito) é x (predicado).

O capital é ao mesmo tempo tudo o que se quiser (isto é, os múltiplos predicados). Ele presentifica (mantém numa certa presença) tudo, inclusive aquilo que ainda não é capital. Se tudo já fosse capital, não haveria mais contradição. Só há contradição, e isso já sabemos, se algo não é capital no interior da totalidade que se auto-apresenta como sendo capital.

<sup>10</sup> GIANNOTTI, J.A. "Prefácio à segunda edição", in: *Origens da dialética do trabalho*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*

É fundamental perceber que a contradição surge quando uma identidade está suspensa e, portanto, está na possibilidade de se completar. Corisco está na praça (ou: Estar na praça é algo que identifica Corisco); Corisco está na acrópole (ou: Estar na acrópole é também algo que identifica Corisco). Se está na praça, não está na acrópole. Quer dizer, alguma coisa ainda não é Corisco, mas pode vir a ser.

Também é bom voltar a insistir que não se pode tomar um sujeito como algo indeformável — como faz Aristóteles<sup>12</sup> — que se presentifica em vários tempos ou perspectivas e perfis separados. Isto coloca o sujeito no tempo e acaba com a contradição. O sujeito deve ser sempre pensado como uma forma (*Gedankenform* - Marx) que se presentifica em todas as circunstâncias, com a possibilidade de ser presentificado por aquelas que ainda não são as suas circunstâncias. Corisco está na ágora, ele não está no liceu; mas existe uma possibilidade aberta de ele estar no liceu. Posso pensar sua existência possível no liceu, no mercado, no templo etc. No pensamento (na representação) ele é todas as possibilidades concretas, mesmo que estas ainda não são. Quando se concretizam, e à medida que isto ocorre, o universal é concreto (Hegel e Marx).

Não se conclua porém que a representação das possibilidades concretas só ocorra no pensamento. Isso seria idealismo. A compreensão a respeito de um sujeito como totalidade em devir só se dá na efetiva (*wirklich*) concretização de atos e não por imposição do meu pensamento. O “transcendental” em Giannotti<sup>13</sup> é precisamente esta *Gedankenform* que é pensamento formal — abstração que transcende os particulares e singulares — mas que não se impõe aos particulares e singulares. É preciso que Corisco esteja efetivamente no mercado ou na praça para que este ato se integre (ou realize) à(a) totalidade.

Uma totalidade nunca está completa: sempre está vindo a ser totalidade. Um sujeito — por exemplo, Pedro — é tudo o que pode vir a ser, mas que ainda não é. Alguma coisa ainda não é Pedro. Pedro é tudo. Ele é presente, porém um presente indeterminado, indefinido (cf. *Ciência da Lógica* de Hegel, vol. I, A doutrina do ser). Ele é tudo como pensamento indeterminado. As determinações serão dadas através de atos concretos (Pedro na rua, Pedro na biblioteca, Pedro em casa etc.). Entretanto, por ser tomado como totalidade (e é assim que se posiciona a dialética a respeito dos seus objetos), ele é tudo num só golpe imediato. Esta imediaticidade concretizar-se-á (isto é, tornar-se-á

<sup>12</sup> ARISTÓTELES. *Metafísica*, 1009 a 36ss.

<sup>13</sup> GIANNOTTI, J.A. *Trabalho e reflexão*, op. cit.

mediata) através de aparências sucessivas, que só determinarão Pedro no fim do processo. Mas este fim já estava no começo, mesmo que indeterminado. A determinação concreta não está pré-estabelecida, mas far-se-á necessariamente, quer dizer, um todo necessariamente há de se determinar por algumas coisas concretas. Pedro não precisa se determinar por estar no templo; pode se determinar por múltiplas outras situações concretas e nunca por aquela. Todavia, se Pedro se determinar por estar no templo, mesmo que seja contingente, passará a ser necessário na trajetória determinadora da sua totalidade. A dialética supera (*aushebt*) a contingência, transtornando-a em necessidade. Isso porque o determinar vai completando o todo e lhe conferindo verdade. E a verdade não é contingente, mas necessária, do contrário não seria verdade.

Retornemos ao capital e levantemos uma hipótese. Suponhamos que tudo houvesse sido subsumido ao capital. A proposição (real) seria de fato: ‘tudo é capital’. Nesse caso, o sistema (a totalidade) não seria mais contraditória. Por outro lado, o sistema não seria mais capital. O sistema se autofundamentaria sem contradição, sem negatividade. Que situação seria essa? Uma noite em que todas as vacas são pardas? Um mundo sem história?

O que é certo é que um mundo assim não precisaria mais da dialética para ser estudado e compreendido.